

# MODERNIDADE E FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL\*

Francinete Fernandes de Sousa\*\*

Rosires de Andrade Carvalho\*\*\*

Vanildo Mousinho Marinho\*\*\*\*

## Resumo

Tece considerações acerca das concepções atribuídas a modernidade/modernização, e sua relação com o ensino/prática da biblioteconomia.

Uma análise das concepções atribuídas a modernidade/modernização dentro de uma sociedade que se pretende capitalista e que tem como princípio tal binômio (mod./modern.) para a intervenção na realidade, irá nos permitir tratá-las como fenômeno e, como tal, é preciso que as situemos historicamente e filosoficamente. Verificamos, em Dussel (1993), que o conceito de moderno - especialmente aplicado quando da "descoberta" do continente americano - surge em 1492, definido a modernidade como a capacidade de passar a, ou de dominar o outro, através do conhecimento acumulado. Conceito este, baseado na filosofia, que vê a possibilidade do moderno quando uma sociedade se descobre com maior potencial instrumental. Para o autor, esta forma de se relacionar com o novo configura o que denomina "mito da modernidade".

Neste período, final do séc.XV, a Europa passava por grandes transformações e buscava se afirmar enquanto "centro do mundo" e detentora do conhecimento e das novas tecnologias, pois "[...] até 1492, a hoje chamada Europa Ocidental era um mundo *periférico* e *secundário* do mundo muçulmano. A Europa Ocidental nunca fora o 'centro' da história pois não ia além de Viena, ao leste, [...] e além de Sevilha em seu outro extremo". (DUSSEL, p.112)

A Europa amplia, então, suas fronteiras, alcança autonomia em termos de conhecimento e vem a ser considerada, por seus intelectuais, este "centro da história". Um centro que, com as grandes navegações e suas "descobertas", lança além fronteiras o olhar dominador de uma Europa que mergulha na aventura da conquista. Ver-se como o centro trouxe, para os europeus, "[...] um sentimento de superioridade e de destinação civilizadora que passou a justificar todas as formas de opressão colonial como o exercício necessário do papel de agentes civilizadores, convictos e o motor do progresso humano". (RIBEIRO, 1987, p. 143)

Assim, o que ocorreu a partir das "grandes descobertas" nos faz refletir sobre as consequências da postura por eles adotada. Não houve, de sua parte, respeito para com a cultura nativa dos povos encontrados. Os dogmas dos europeus, sua ciência, seus pressupostos teóricos, tinham que ser aceitos como verdades supremas. E, ainda, roubaram e apropriavam-se de tudo que encontravam e, como justificativa para essa dominação, buscavam um alibi no "direito natural" de exercer a dominação sobre outros, que julgavam possuir. A esse respeito, Hegel, citado por Dussel (p.22), afirma:

<sup>1</sup> Trabalho realizado junto ao Mestrado em Biblioteconomia/CCSA/UFPB, em maio de 1995

<sup>2</sup> Aluna do Mestrado em Biblioteconomia/CCSA/UFPB

<sup>3</sup> Aluna do Mestrado em Biblioteconomia/CCSA/UFPB

<sup>4</sup> Aluno do Mestrado em Biblioteconomia/CCSA/UFPB. Professor do Departamento de Artes/CCHLA/UFPB

[...] a história é a configuração do espírito em forma de acontecimento [por isso] o povo que recebe um tal elemento como princípio natural... é o povo dominante nessa época da história mundial... Contra o direito absoluto que ele tem por ser o portador atual do grau de desenvolvimento do Espírito mundial, o espírito dos outros povos não tem direito algum.

Com o estabelecimento do predomínio europeu, em termos do que seja fazer ciência, a idéia de moderno, como detentor de novas tecnologias, se concretiza, e aos chamados sub-desenvolvidos, por não possuírem domínio dessas mesmas tecnologias, só resta o assujeitamento ao dominador, que o torna objeto, coisa. Este assujeitamento ideológico e também material, no entanto, não se deu de forma pacífica, e muitos foram calados pela violência dos mecanismos de repressão utilizados.

O processo de colonização das Américas é um bom exemplo disso. O domínio das colônias se caracterizou pela escravidão e/ou pela dizimação do povo nativo. Na verdade, as chamadas descobertas foram muito mais uma forma de encobrir o outro, como afirma Dussel.

No caso do Brasil, vemos que o processo de dominação se deu de várias formas - econômica, política e cultural - e, em diversos momentos da sua história, desde o seu "descobrimento". De início, Portugal considera-se o "dono" da nova colônia, portanto com o "dever" e o direito de explorar, controlar e tomar posse das riquezas e da força de trabalho existentes. Mais adiante, já no séc.XIX, ainda sob o domínio europeu, o Brasil passa a ser invadido, culturalmente, pela França, através da Missão artístico/cultural trazida por D.João VI e, economicamente, pela Inglaterra, reforçando-se tanto pelos estudos realizados por brasileiros no primeiro país, quanto pelo financiamento ao Estado brasileiro, efetivado pelo segundo.

Um outro momento de dominação se dá a partir do final do séc.XIX, quando percebemos a influência norte-americana em vários setores da sociedade brasileira (SOUZA, 1994, p.156). Esta dominação que vem a se concretizar de forma contundente, cultural e economicamente, no séc.XX. Uma das expressões dessa dominação norte-americana é a assimilação de um modelo para o ensino de biblioteconomia, que começa a se dar na década de 30, junto à Biblioteca Municipal da cidade de São Paulo (p.157- 165). Tal dominação se configura a partir da criação do que foi, historicamente, o segundo curso de biblioteconomia implantado no Brasil, que teve como ponto de partida a reforma e reestruturação desta biblioteca. Segundo Edson Nery da Fonseca, (1992, p.113)

"Rubens Borba de Moraes [...] foi enviado pelo Departamento de Cultura [de São Paulo] aos Estados Unidos, com o objetivo de estudar a organização e funcionamento das bibliotecas. Ao regressar, em 1936, iniciou a reorganização da Biblioteca Municipal, [...] e o curso de biblioteconomia [...]".

Este curso, uma vez implantado, contrapõe-se à primeira iniciativa educacional na área de biblioteconomia no Brasil, levada a efeito na segunda década do século. Esta experiência pioneira, desenvolvida na Biblioteca Nacional, visava, num primeiro momento, a formação de quadros para colocar esta biblioteca, localizada no Rio de Janeiro, em sintonia com os sistemas de organização das instituições européias, especificamente as francesas. "Influenciado pela École Nationale des Chartes, o curso [criado por Manoel Cícero] (...) foi o primeiro da América Latina e o terceiro do mundo [...] efetivamente em 1915" (FONSECA, p.113).

O modelo norte-americano, que se perpetua até hoje nas escolas de graduação em biblioteconomia existentes no país, em seu bojo aspectos significativos do que podemos considerar modernização. Modernização, compreendida, como na visão de Nobert Lechner (citado por SOUZA, 1994, p.17), como o panorama geral, o instrumento, a ação em si, inserida no processo de modernidade - sendo, por isso, um instrumento exógeno.

As reflexões aqui apresentadas nos levam a entender a modernidade, no contexto atual,

como um processo inacabado, uma fôrnia de interação com o outro, não de dominação, mas de conhecimento e respeito. Percebemos ainda, que a modernização é muitas vezes confundida com a própria modernidade e, embora sendo um mero instrumento desta, na prática se impõe, de maneira que muitos sofrem as conseqüências do processo. A esse respeito, encontramos clareza nas palavras de Berman (1989, p. 93):

os burgueses, do mais humilde ao mais poderoso, são forçados a inovar, simples mente para manter seu negócio e a si mesmo, à tona; quem quer que deixe de mudar de maneira ativa, tornar-se-á vítima passiva das mudanças draconianamente impostas por aqueles que dominam o mercado.

Esta relação de forças, que se dá de maneira cruel e avassaladora, está presente no "jogo" colocado com a chegada do novo que, para muitos, deve ser assumido como marca de desenvolvimento. Dussel deixa dúvida quanto a necessidade de superação desta práxis, considerada por ele o mito da modernidade - quando realizada como simples modernização. Um mito sacrificial, onde o outro merece ser sacrificado por ser tido como bárbaro e subdesenvolvido. A superação do que ele chama de razão irracional, deve dar-se através da afirmação da razão do outro, visto como interlocutor.

A partir destas idéias, torna-se importante refletir sobre as contradições deste processo e sobre as relações sociais dos sujeitos nele envolvidos. Neste sentido, uma indagação parece-nos premente: qual a relação de nossa prática enquanto profissionais, especificamente da área de biblioteconomia, com os problemas advindos da modernidade/modernização? E mais, qual q nossa postura, enquanto sabedores de nossa condição de historicamente dominados, quer seja do ponto de vista econômico ou cultural?

A fim de respondermos tais questionamentos é preciso situar a biblioteconomia no contexto das práticas "modernas", ou de modernização vivenciadas no país. O registro, organização e disseminação do conhecimento pelo homem tem evoluído significativamente no decorrer dos anos, e hoje, colocando à disposição todo um aparato tecnológico que prevê a dinamicidade da informação, exige uma nova e diversificada forma de encaminhar o seu processamento - através de bases de dados, correio eletrônico, vídeo texto, etc. Seguindo este pensamento, Marta Alves de Souza acrescenta:

Se a informática já se tomou um saber horizontal para uma grande maioria de profissionais, o que não dizer para os bibliotecários? Hoje sistemas de multimídia, hipertexto, hipermídia, e videotexto são comuns no vocabulário dos bibliotecários mas é necessário que as Escolas de Biblioteconomia acompanhem esse progresso. (SOUZA, 1996, p. 161)

Lancaster, em palestra apresentada em 1992<sup>1</sup>, já adverte quanto ao uso das novas tecnologias dentro da biblioteca, afirmando que estes instrumentos não vinham sendo usados de maneira que se percebesse um significativo aproveitamento dos mesmos no fazer bibliotecário. O autor exemplifica a situação com os sistemas de circulação automatizados, mostrando que estes equipamentos eram utilizados - e ainda hoje o são - por via de regra, para facilitação do trabalho, como meio de agilização na acessibilidade e, também, para proporcionar o barateamento dos custos da informação. No seu entender, as novas tecnologias devem ir mais além, e possibilitar o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de informação, sendo tomadas como "ferramentas" relevantes na análise e desenvolvimento de coleções. Na verdade, o que ocorre, em muitos casos, é a busca de otimização dos serviços, através da automatização de instrumentos já existentes. Lancaster enfatiza, ainda, que "os bibliotecários acomodaram-se numa falsa sensação - na crença de que a tecnologia pode e resolverá todos os nossos problemas de acesso à informação, e que, pela simples adoção de soluções tecnológicas, o bibliotecário ganhará prestígio e status" (1994, p.23-24).

<sup>1</sup> Palestra apresentada na Universitat de Catalunya, Espanha, em março de 1992

Ao mesmo tempo, no Brasil, o que se verifica nas ações das bibliotecas, de uma forma geral, são bibliotecários convivendo com a contradição de estar diante dos meios mais avançados de tecnologias e lidar, em boa parte das instituições, com uma infra-estrutura deficiente, que vai desde a precariedade das instalações até a obsolescência das coleções, passando, inclusive, pela falta de preparo destes profissionais para atuarem junto aos novos instrumentos que tenham a disposição.

No caso específico do ensino da biblioteconomia no nosso país, a despeito das práticas contraditórias, percebemos mais uma tendência à modernização do que traços de modernidade. Isto se dá pela manutenção do caráter instrumental, tecnicista, vigente nos cursos de biblioteconomia criados no país a partir da década de 30, com o modelo norte-americano, como afirmamos anteriormente. Foi sob esta orientação que os cursos se proliferaram a partir deste período. De início, eles ficaram restritos a cidade de São Paulo, havendo, porém, motivação para que se criassem escolas em outros estados. A concessão de bolsas de estudo proporcionou à época, a afluência, para os cursos paulistas, de alunos de várias regiões do país. Os alunos já formados se encarregariam de implantar cursos similares em seus estados de origem, o que veio se concretizar a partir da década de 40 (SOUZA, 1994, p.189-192).

Em 1962 ocorre o reconhecimento da profissão como de nível superior<sup>2</sup>, e os cursos passam a contar com um currículo mínimo oficial - fatos que trouxeram novas perspectivas para a área e estímulo para a criação de mais cursos (SOUZA, 1994, p.218). Mesmo assim, a ampliação do número de cursos de preparação do profissional bibliotecário acontece sem que se perceba mudanças importantes do ponto de vista de sua estrutura (que veio do modelo norte-americano). A política para o ensino no 3º grau continuava privilegiando o tecnicismo, em detrimento de uma postura mais crítica, comprometida com a transformação social (SOUZA, 1993).

A partir de 1970, cresce a preocupação com o currículo e sua defasagem em relação às expectativas do mercado de trabalho. Em 1982, o novo currículo aprovado, semelhante ao anterior, começa a ser executado em sala de aula na maioria das escolas, com a adaptação dos conteúdos anteriores aos novos nomes de disciplinas, indicando pouco avanço na formação do bibliotecário (SOUZA, 1994). Apesar das necessidades reais da área, que se apresentavam com o início da automação em algumas bibliotecas, ao lado de todo um contingente de usuários em potencial, e de não-usuários que continuavam fora das bibliotecas, os currículos não auxiliaram os bibliotecários no sentido de prepará-los para atender, com novas abordagens, as necessidades concretas da sua realidade. Percebemos, a partir disso, que em seu desenvolvimento histórico, o ensino da biblioteconomia no Brasil, com a tendência crônica para o tecnicismo tradicional, carece de espírito crítico e criador.

Os cursos com currículos desatualizados e com um corpo de professores muitas vezes mal qualificados, tendem a formar profissionais despreparados para trabalhar com as novas tecnologias que começam a surgir na área, como também para atuar com as novas possibilidades e propostas colocadas para a biblioteca. Já em 1977 Maria M.de Carvalho, referindo-se a Escola de Biblioteconomia da UFMG, especificamente, e também às demais escolas, verifica que "o ensino, no que concerne a conteúdos e métodos, é deficiente, uma vez que os professores não receberam formação adequada" (CARVALHO citada por SOUZA, 1994, p.196), e isto ainda hoje é percebido, em escolas de biblioteconomia no Brasil.

No caso da pós-graduação, levando-se em conta as considerações de Souza (1994), os cursos que foram sendo criados trouxeram novas perspectivas para os profissionais da

---

<sup>2</sup> A Lei 4.084 de 1962, que dispõe sobre a profissão, foi regulamentada pelo Decreto nº 56.725 de 1965

área. Desde o Curso de Documentação Científica, oferecido pelo IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), a partir de 1964, em nível de especialização, passando pelos primeiros mestrados, na década de 70, e posteriormente os doutorados, abre-se o caminho para um aprofundamento das discussões em torno dos problemas que afligem a área, e também em tomo de projetos e propostas que podem contribuir para o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que possibilita-se a capacitação do pessoal docente oriundo das graduações. Com estes cursos, inicia-se uma experiência de trabalho interdisciplinar, visando um enriquecimento da área e, conseqüentemente, a criação de novos cursos. No entanto, tal fato não ocorreu, pois os Conselhos de Biblioteconomia, pressentindo a "invasão", negam-se a credenciar e reconhecer, como sendo bibliotecários, os pós-graduados que fazem sua formação em Biblioteconomia/Ciência da Informação, mas que são graduados em outras áreas (SOUZA, 1994, p.218). Atitudes como estas têm como base uma lei que merece ser revista, à luz das novas relações que a biblioteconomia vem buscando.

A Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Ela foi regulamentada pelo Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. De acordo com os referidos dispositivos legais é privativo dos bacharéis em biblioteconomia o exercício de cargos de direção de bibliotecas e serviços de documentação, de execução de tarefas bibliotecárias e de ensino de biblioteconomia. Foram por eles criados o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia. (FONSECA, 1992, p.114)

Esta legislação traz um grande entrave que impede a absorção dos egressos da pós-graduação na área biblioteconômica - aqueles que não são graduados nesta área - pelos departamentos e cursos de biblioteconomia. Assim, concordamos com Francisco das Chagas de Souza, quando afirma que esta visão ultrapassada acabou impedindo o surgimento de mais cursos de graduação, ou de pós-graduação, e abortando "a possibilidade de práticas de trabalho multidisciplinares e multiprofissionais na atividade bibliotecária". A categoria, desta forma, cerceou "qualquer enriquecimento do trabalho de ensino, pesquisa e extensão que favorecesse a [própria] melhoria das Escolas de Biblioteconomia" (SOUZA, 1994, p.219)

Impasses desta natureza podem trazer, também, como consequência para a área da biblioteconomia, para os profissionais, e para as bibliotecas, limitações que dificultam um melhor desempenho de suas atividades e dos serviços oferecidos ao público.

Além disso, por ser o Brasil um país continental e de graves desigualdades sociais e econômicas, há que se lidar ainda com uma variedade de contextos e de necessidades, de acordo com o local em que está inserida a biblioteca. Reconhecendo as contradições advindas do capitalismo, o bibliotecário precisa de uma formação acadêmica, em biblioteconomia, que lhe dê condições de colocar-se como sujeito consciente das limitações de sua prática, observando que ora pode ser considerado como dominador em relação ao usuário - quando impõe a este o seu conhecimento - ora como dominado por fazer parte de uma macro-estrutura em que a burocratização (no sentido kafkaniano do termo) impera.

Sendo assim, acreditamos, como Perroti (1990), que se passarmos do discurso "ingênuo", recheado de boa vontade, que toma o bibliotecário como um "quixote" dos tempos atuais, para um discurso que possibilite a criticidade, a subversão de valores sedimentados na sociedade, veremos emergir uma nova possibilidade do fazer bibliotecário. No entanto, isto exige novas práticas pedagógicas e novas abordagens a serem empregadas por aqueles que, nas escolas/cursos de biblioteconomia, fazem o ensino e a pesquisa.

# ***MODERNITY AND THE TRAINING OF LIBRARIANS***

## ***Abstract***

*A study of the conceptions attributed to modernity/modernisation and their relationship with the teaching/practice of library science.*

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Parte 11.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 1990.

DUSSEL, Enrique. **1942 - o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1993. 196p. p.75-88

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia.** São Paulo: Pioneira, 1992.

LANCASTER, F.W. Ameaça ou oportunidade? o futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas. **Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v. 23, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 1994.

PERROTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura.** São Paulo: Summus, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: estudos de antropologia das civilizações.** Petrópolis: Vozes, 1987. Cap.VI e VII.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Biblioteconomia educação e sociedade.** Florianópolis: Editora UFSC, 1993.

\_\_\_\_\_. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil.** Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1994. Tese (Doutorado em Educação)

SOUZA, Marta Alves de. Perfil profissional do bibliotecário no mercado de trabalho da cidade de São Paulo. **Transinformação.** Campinas, v. 8, n. 1, p. 158-166, jan./abr. 1996.